

## **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE COXILHA / RS - (COMDICA)**

### **EDITAL DE ELEIÇÃO SUPLEMENTAR PARA ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES**

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE COXILHA - COMDICA, por meio de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 139 da Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e Adolescente), Lei Municipal Nº 1.757 (Dispõe sobre a Política Municipal de Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente, cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo e o Conselho Tutelar), Regimento Interno do Conselho Tutelar aprovado pelo Decreto Executivo nº 1.492, de 08 de novembro de 2017, e considerando a inexistência de membros suplentes do Conselho Tutelar de Coxilha-RS, e a necessidade da realização o processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas existentes, e considerando os termos da Lei Municipal nº 1.773, de 29 de novembro de 2017, **TORNA PÚBLICO** o processo para escolha de Conselheiros titulares e suplentes do Conselho Tutelar do Município de Coxilha - RS, para exercer mandato complementar até **09 de janeiro de 2020**, nos termos que constam neste edital e seus anexos.

#### **1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 O presente edital visa divulgar as normas, datas e procedimentos para o processo de escolha de membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar do Município de Coxilha/RS, de acordo com a Lei Municipal nº 1.757, de 21 de setembro de 2017.

#### **2 – DAS VAGAS, CONDIÇÕES DE TRABALHO, REMUNERAÇÃO, ATRIBUIÇÕES E DIREITOS.**

2.1 - O presente edital trata da oferta de vagas para preencher a quantia legal de membros titulares e suplentes de Conselho Tutelar do Município de Coxilha/RS.

2.2 - O candidato deverá comprovar os requisitos mínimos exigidos para a investidura na vaga pretendida.

2.3 – Neste processo de escolha será oferecidas **02** (duas) vagas para membro titular e **05** (cinco) vagas para membro suplente do Conselho Tutelar.

2.3.1 – Nos termos do Art. 52 da Lei Municipal nº 1757/2017, os membros suplentes serão convocados nos seguintes casos:

I – nas férias do titular;

II – quando as licenças a que fizerem jus os titulares excederem a 30 (trinta) dias;

III – no caso de afastamento preventivo, renúncia, cassação ou falecimento do titular.

2.3.1.1 - Os suplentes serão chamados conforme a sua ordem de classificação no processo de escolha, do mais votado ao menos votado, recaindo cada necessidade de substituição sobre um deles, salvo quando se tratar de substituição em caráter definitivo, quando o suplente melhor classificado no processo de escolha terá sempre prioridade sobre os demais para assumir como membro titular.

2.3.1.2 - Para as substituições temporárias uma vez, chamados todos os suplentes reiniciam-se a ordem de classificação nas demais situações em que houver necessidade.

2.3.1.3 - Reassumindo o titular, encerra-se a convocação do suplente, que perceberá a remuneração e a gratificação natalina proporcional ao período de exercício da função em substituição.

2.3.1.4 - Os Conselheiros eleitos no processo de escolha suplementar exercerão as funções somente pelo período restante do mandato original.

2.4 - O Conselho Tutelar funcionará em local apropriado e designado pelo Executivo Municipal, de segundas a sextas-feiras, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h.

2.4.1 - Além do horário de expediente, o Conselho Tutelar manterá períodos de plantão ou sobreaviso nos dias de semana, à noite, e nos sábados, domingos e feriados, durante as vinte e quatro horas do dia.

2.4.2 - Para o funcionamento ordinário, períodos de plantão e de sobreaviso será organizada uma escala de horários de atendimento dos membros do Conselho Tutelar, que deverá ser divulgada nos meios de comunicação, com indicação da forma de localização e dos telefones dos mesmos.

2.4.3 - Todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como aos mesmos períodos de plantão ou sobreaviso, sendo vedado qualquer tratamento desigual.

2.4.4 - O disposto no item 2.4.3 não impede a divisão de tarefas entre os conselheiros, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades, programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões tomadas pelo Conselho.

2.4.5 - Os Conselheiros Tutelares receberão, a título de remuneração mensal, o valor bruto de R\$ 1.545,00 (um mil e quinhentos e quarenta e cinco reais), os quais deverão ser revisados anualmente nos mesmos moldes aplicados aos servidores públicos municipais.

2.4.6 – Nos termos do Art. 37 da Lei Municipal nº 1.757/2017 são atribuições do Conselho Tutelar:

I – atender às crianças e adolescentes sempre que seus direitos forem ameaçados ou violados;

II – atender e aconselhar os pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas em Lei;

III – promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto:

a) requisitar serviços públicos no âmbito do Município, nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judicial nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV – encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente;

V – encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI – providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária quanto a:

a) encaminhamento de pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade;

b) orientação, apoio e acompanhamento temporários;

c) matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

d) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

e) inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;

f) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

g) abrigo em entidade;

h) colocação em família substituta.

VII – expedir notificações;

VIII – requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente, quando necessário;

IX – assessorar o Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X – representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no inciso II do § 3º do artigo 220 da Constituição da República de 1988;

XI – representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar.

2.4.7 – Nos termos do Art. 50 da Lei Municipal nº 1.757/2017 ficam assegurados aos membros do Conselheiro Tutelar, os seguintes direitos:

I - cobertura previdenciária;

II – gozo de férias anuais remuneradas, com acréscimo de um terço sobre a remuneração mensal;

III – afastamento por ocasião da licença-maternidade, custeada pelo regime de previdência a que estiver vinculado;

IV – licença-paternidade de 5 (cinco) dias;

V – gratificação natalina.

### **3 - DAS INSCRIÇÕES**

3.1 - A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas que regulam a matéria, condições estabelecidas neste Edital, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Eleitoral em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2 - O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento da Ficha de Inscrição (Anexo I) e apresentação dos seguintes documentos:

<b>Item</b>	<b>Documento</b>
a.	Carteira de Identidade
b.	CPF
c.	Título de Eleitor e certidão de quitação eleitoral
d.	Comprovante de residência (recibo de água, luz ou telefone); dos últimos 03 anos
e.	Certidões negativas cíveis e criminais que comprovem não ter sido condenado ou estar respondendo como réu, pela prática de infração penal, administrativa ou conduta incompatível com a função de membro do conselho tutelar
f.	02 (duas) Foto 3x4
g.	Declaração de disponibilidade no exercício da função de conselheiro tutelar de não exercer qualquer outra atividade pública ou privada (Dedicação exclusiva)
h.	Declaração de idoneidade moral
i.	Comprovante de ter concluído nível médio
j.	Certificado de reservista ou de dispensa do serviço militar obrigatório para candidatos do sexo masculino

3.3 - Os documentos descritos nos itens anteriores deverão ser apresentados no ato da inscrição, em original, acompanhados da respectiva fotocópia ou cópia autenticada em cartório.

3.4 - A Idade deverá ser comprovada até o encerramento das inscrições, nos termos do Art. 133, inciso II da Lei Federal 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA)

3.5 - As inscrições ficarão abertas no período de **14 de maio** de 2018 a **24 de maio** de 2018, horário 08h às 11h30min e 13h00min às 16h e 30min no Setor de Protocolo, junto à Prefeitura Municipal de Coxilha.

3.6 - A inscrição será gratuita.

3.7 - É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento da ficha de inscrição e a entrega da documentação exigida.

3.8 - Não serão aceitas solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste Edital ou que não cumpriram o prazo de afastamento da última eleição do conselho tutelar.

3.9 - O candidato deverá confirmar a entrega de documentação por meio do registro de cada documento entregue no requerimento de inscrição.

3.10 - Ao concluir o registro dos documentos entregues, o candidato deverá assinar o requerimento de inscrição.

3.11 As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal. Reserva-se a Comissão Eleitoral o direito de excluir da eleição o candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

3.12 O descumprimento das instruções para inscrição implicará na sua não efetivação.

## **3.2 DOS REQUISITOS PARA CANDIDATAR-SE E EXERCER AS FUNÇÕES DE CONSELHEIRO TUTELAR**

3.2.1 - Os requisitos mínimos para candidatar-se e exercer as funções de conselheiro tutelar estão previstos no Art. 42 e seguintes da Lei Municipal nº 1.757/2017, conforme segue:

- I – reconhecida idoneidade moral;
- II – idade superior a 21(vinte e um) anos;

- III – residir no Município pelo período mínimo de 03 (três) anos;
- IV – ser eleitor; e
- V – escolaridade mínima em nível Médio Completo.

3.2.2 - A **inscrição definitiva** será deferida aos candidatos que preencherem além dos requisitos anteriores, os seguintes:

- I - ser considerado apto em avaliação psicológica;
- II - participar e ser aprovado em cursos preparatórios da área da Infância e Adolescência, coordenado pelo COMDICA.

3.2.3 - São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

3.2.3.1 - Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca, foro regional ou distrital.

3.2.3.2 - A inexistência do impedimento de que trata o caput deste artigo deverá ser verificada quando da posse do Conselheiro Tutelar e mantida durante o curso do mandato.

3.2.4 - O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

3.2.5 - A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.

3.2.6 Ficam impedidos de se candidatar ao cargo de Conselheiro Tutelar Suplente os que houverem sido condenados com sentença transitada em julgado por crimes comuns e especiais. e infrações administrativas ou crimes contra crianças e adolescentes, conforme disposto nos artigos 225 a 258 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

3.2.7 Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Coxilha, com mandato em vigor, poderão candidatar-se desde que se licencie de suas funções, até a data de encerramento das inscrições preliminares.

### **3.3 - DO REGISTRO DAS CANDIDATURAS**

3.3.1 - A inscrição dos candidatos será individual e realizada mediante apresentação de requerimento, documentos e declarações padronizadas, conforme previstos neste Edital.

3.2.5 O candidato poderá registrar um codinome (apelido).

3.2.6 A comissão Especial eleitoral ficará encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam aos requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

3.2.7 Decorrido o prazo, será oficiado ao Ministério Público para os fins do artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

3.2.8 Havendo impugnação do Ministério Público, o candidato terá igual prazo para apresentar defesa, mediante intimação através de publicação no Diário Oficial do Município.

3.2.9 Cumprindo o prazo acima, os autos serão submetidos à Comissão Especial Eleitoral para, decidir sobre o mérito, da decisão, que será publicada no órgão oficial de publicação legal do Município.

3.2.10 Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão Especial eleitoral:

3.2.10.1 Notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

3.2.10.2 realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

3.2.11 Das decisões da comissão Especial eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

3.2.12 Esgotada a fase recursal, a comissão Especial eleitoral fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

3.2.13 Julgadas em definitivo todas as impugnações, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) publicará em Edital

no órgão oficial de publicação legal do Município, a relação dos candidatos habilitados.

3.2.14 O cronograma com as datas de todas as etapas listadas anteriormente estão disponíveis no ANEXO II.

#### **4. DA HOMOLOGAÇÃO DA INSCRIÇÃO**

4.1 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) disponibilizará à Prefeitura Municipal de Coxilha/RS a relação de inscrições homologadas, para que a mesma publique em seu site, no endereço eletrônico <http://www.pmcoxilha.rs.gov.br>, no link concursos públicos e em seu mural, no dia **11 de maio de 2018**.

4.2 Caso o nome do candidato não conste na relação de inscrições homologadas, este deverá interpor recurso até às 17h do dia **29 de Maio de 2018**, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA).

#### **5 – DAS PESSOAS COM NECESSIDADE ESPECIAL**

5.1 Ao candidato com necessidade especial é assegurado o direito de candidatar-se, devendo assinalar sua condição no item específico do requerimento de inscrição, bem como as condições especiais necessárias para realização da prova.

5.2 Será garantido o direito ao candidato com necessidade especial, de investidura do cargo, desde que as atribuições sejam compatíveis com a deficiência apresentada, conforme Art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, Decreto Federal nº 5.296/2004 e suas alterações, Lei Estadual nº 12.870/2004 e na Lei Federal nº 7.853/1989.

5.3 Será considerada pessoa com necessidade especial aquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadre nas categorias descritas no Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, Decreto Federal nº 5.296/2004 e suas alterações, Lei Estadual nº 12.870/2004 e na Lei Federal nº 7.853/1989.

5.4 O candidato com necessidade especial deverá entregar no ato da inscrição o laudo médico especificando a respectiva deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, e a indicação de que ela não impede ao candidato o exercício do cargo a que se inscreveu, cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital.

5.5 O candidato com deficiência que deixar de atender, no prazo editalício, as determinações do disposto no item 5.4, terá sua inscrição invalidada.



5.6 O candidato com necessidade especial participará desta eleição em igualdade de condições com os demais candidatos.

5.7 Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

## **6 – DO PROCESSO ELEITORAL**

### **6.1 DA ELEIÇÃO**

6.1.1. Os membros do Conselho Tutelar serão eleitos pelo voto secreto, direto, universal e facultativo dos eleitores do Município, em eleição realizada sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA).

6.1.2 Serão considerados eleitores todos os cidadãos que possuírem título de eleitor do Município de Coxilha, o qual deverá se apresentar no ato da votação acompanhado de documento original, com foto e tiver seu nome na relação do Tribunal Regional Eleitoral -TRE.

6.1.2.1 O voto será direto, secreto, pessoal e intransferível.

6.1.2.2 Na ausência do Título de Eleitor será aceito o comprovante original da votação da última eleição municipal (outubro/2016 – prefeito e vereador) ou da justificativa de ausência da referida eleição.

### **6.2 DOS ÓRGÃOS ELEITORAIS**

6.2.1 A Comissão Especial Eleitoral instituída pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) terá o papel de órgão executor.

#### **6.2.2 Compete a Comissão Especial Eleitoral:**

6.2.2.1 realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação vigente;

6.2.2.2 estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

6.2.2.3 analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

6.2.2.4 confeccionar as cédulas de votação, conforme modelo a ser aprovado;

6.2.2.5 escolher e divulgar os locais de votação;

6.2.2.6 selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

6.2.2.7 solicitar, junto ao comando da Polícia Militar, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais de votação e apuração;

6.2.2.8 divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;

6.2.2.9 resolver os casos omissos.

### **6.2.3 Compete à Mesa Eleitoral:**

6.2.3.1 Receber os votos dos eleitores;

6.2.3.2 Resolver os incidentes verificados durante os trabalhos de votação e da apuração, encaminhando à Comissão Especial Eleitoral as questões não resolvidas;

6.2.3.3 Compor a Mesa Apuradora

### **6.2.4 Compete ao Presidente da Mesa Eleitoral:**

6.2.4.1 Presidir a Mesa Eleitoral de acordo com este Edital;

6.2.4.2 Instalar a Mesa Eleitoral;

6.2.4.3 Comunicar à Comissão Especial Eleitoral as ocorrências cuja solução desta depender.

### **6.2.5 Compete ao Secretário da Mesa Eleitoral:**

6.2.5.1 Lavrar a ata de sua Mesa Eleitoral;

6.2.5.2 Executar todas as atribuições que lhe forem conferidas pelo Presidente da Mesa e, substituí-lo em seus impedimentos.

### **6.2.6 Compete ao Mesário Eleitoral:**

6.2.6.1 Auxiliar o Presidente e o Secretário no que for solicitado;

6.2.6.2 Zelar pela observância dos procedimentos eleitorais.

6.2.7 Estão impedidos de compor as Mesas Eleitorais parentes até o terceiro grau, assim como os cônjuges, companheiros (as), sogros (as), genros, noras, cunhados durante o cunhadio, tios, sobrinhos, padrastos e madrastas dos candidatos a Conselheiros Tutelares.

6.2.7.1 O grau de parentesco de que trata o *caput* deste artigo será auferido mediante declaração dos membros da Mesa Eleitoral, colhidas no ato da sua instalação.

6.2.8 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), como órgão responsável pelo Pleito, é instância superior e final na via administrativa para julgar os recursos impetrados em face às decisões da Comissão Especial Eleitoral.

6.2.9 Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), como instância final, na via administrativa:

6.2.9.1 Baixar normas e instruções que regulem o Processo Eleitoral e sua execução no que lhe compete;

6.2.9.2 Processar e julgar em grau de recurso:

6.2.9.2.1 processos decorrentes de impugnações das candidaturas;

6.2.9.2.2 intercorrências durante o processo eleitoral;

6.2.9.2.3 processos decorrente de impugnações do resultado das eleições e demais casos decorrentes da inobservância das normas deste Edital.

6.2.9.3 Publicar o calendário Eleitoral Suplementar da Eleição do Conselho Tutelar;

6.2.9.4 Homologar os resultados finais da Eleição Suplementar do Conselho Tutelar;

### **6.3 DA IGUALDADE DE CONDIÇÕES AOS PARTICIPANTES DO PLEITO**

6.3.1 Será assegurada a igualdade de condições aos candidatos que se registrarem para concorrer às eleições, garantindo-se e promovendo o direito de:

6.3.1.1 divulgação do Pleito nos meios de comunicação dos quais o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possa dispor;

6.3.1.2 promoção de debates, reuniões e outras atividades a fim de tornar conhecidos os candidatos e suas propostas, após prévia comunicação da Comissão Especial Eleitoral, aplicando-se a Legislação Eleitoral sobre o tema;

6.3.1.3 a propaganda em vias e logradouros públicos obedecerá aos limites impostos pela legislação eleitoral e ao Código de Posturas do Município e garantirá sua utilização por todos os candidatos em igualdade de condições.

6.3.2 No processo de escolha dos membros suplentes do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor, tais como camisetas, bonés, chaveiros, canetas e outros.

6.3.2.1 É também vedada a prática de condutas abusivas ou desleais que acarretem vantagem indevida ao candidato, como a “boca de urna” e o transporte de eleitores, dentre outras previstas na Lei n.º 9.504/97 (Lei Eleitoral), pois embora não caracterizem crime eleitoral, importam na violação do dever de idoneidade moral que se constitui num dos requisitos elementares das candidaturas.

6.3.2.2 Os candidatos que praticarem quaisquer das condutas relacionadas nos itens anteriores, durante e/ou depois da campanha, inclusive no dia da votação, terão cassado seu registro de candidatura ou diploma de posse, sem prejuízo da apuração da responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros que com eles colaborem.

6.3.2.3 Caberá à Comissão Especial Eleitoral ou, após a dissolução, à Plenária do COMDICA, decidir pela cassação do registro da candidatura ou diploma de posse, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

6.3.3 Será assegurada a acessibilidade aos candidatos e eleitores com deficiência.

## **6.4 DO PERÍODO DA VOTAÇÃO**

6.4.1 A votação para a escolha dos membros do Conselho Tutelar de Coxilha, dar-se-á no dia **15 de julho de 2018**, no horário das 8:00 às 17:00 horas, na Câmara dos Vereadores, sito à Av. Fioravante Franciosi, nº 68, anexo à Prefeitura Municipal, Centro.

6.4.2 O sigilo do voto será assegurado mediante as seguintes providências:

6.4.2.1 uso de cédulas oficiais devidamente rubricadas por um membro da Comissão Especial Eleitoral, pelo Presidente e Mesário da respectiva Mesa Eleitoral;

6.5.2.2 isolamento do eleitor em cabine indevassável;

6.5.2.3 empregos de urna que assegure a inviolabilidade do voto.

6.5.3 Para votar, será obrigatória a prévia identificação, através de documento que se refere o art. 4º desta Resolução.

## **6.6 DA CÉDULA OFICIAL**

6.6.1 As cédulas deverão ser confeccionadas de maneira tal que, dobradas, resguardem o sigilo do voto.

6.6.2 As cédulas deverão ser impressas em papel de uma única cor.

## **6.7 DA ELEIÇÃO E DA VOTAÇÃO**

6.7.1 Das mesas eleitorais e dos atos preparatórios da votação

6.7.1.1 A propaganda dos candidatos deverá encerrar-se 24 (vinte e quatro) horas antes da eleição, por qualquer meio de divulgação ou comunicação, não sendo permitidos faixas e cartazes próximos aos locais de votação, não sendo admitida “boca de urna” por ação de qualquer cidadão.

## **6.8 DA FISCALIZAÇÃO PERANTE AS MESAS**

6.8.1 Os candidatos concorrentes poderão designar 02 (dois) fiscais dentre os eleitores do Município, devendo requerer o credenciamento dos mesmos junto à Comissão Especial Eleitoral, no local das inscrições.

6.8.1.1 Será admitido apenas 01 (um) fiscal por mesa eleitoral.

6.8.1.2 Os candidatos serão considerados fiscais natos.

6.8.2 Se o fiscal verificar alguma irregularidade deverá comunicá-la ao Presidente da Mesa Eleitoral onde estiver atuando.

6.8.2.10 Presidente da Mesa Eleitoral verificará a natureza da irregularidade apontada pelo fiscal e tomará as providências para corrigi-la, se procedentes.

6.8.2.2 Caso seja indeferida a irregularidade apontada pelo fiscal, o Presidente da Mesa deverá fazer com que conste em ata da Mesa Eleitoral.

6.8.2.3 Caso o Presidente da Mesa Eleitoral não consiga resolver a ocorrência verificada, deverá entrar em contato imediatamente com um membro da Comissão Especial Eleitoral para auxiliá-lo. Devendo registrar em ata as orientações recebidas e providências adotadas.

6.8.3 Não será permitida a acumulação de cargo de fiscal com o de membro da Mesa Eleitoral, ou de qualquer outro cargo decorrente da Eleição.

6.8.4 Os fiscais que atuarem perante as Mesas Eleitorais, deverão assinar as atas no encerramento dos trabalhos caso estejam presentes.

## **6.9 DO INÍCIO DA VOTAÇÃO**

6.9.1 Antes do início da votação os membros da Mesa Eleitoral verificarão se o lugar designado para a eleição está em ordem, assim como o material remetido pela Comissão Especial Eleitoral, a urna e a cabine indevassável.

6.9.1.1 O Presidente exhibirá a urna aos presentes e, depois de ter sido constatado que a mesma se encontra vazia, a fechará com papel gomado, rubricado pelos membros da Mesa e fiscais que se encontrarem presentes.

6.9.2 Na hora designada para o início da votação, cumpridas as exigências previstas neste Edital, o Presidente da Mesa declarará iniciados os trabalhos.

6.9.2.1 O recebimento dos votos terá início a partir da abertura até a hora prevista para o encerramento da votação.

## **6.10 DO ATO DE VOTAR**

6.10.1 Observar-se-á no ato de votar o seguinte:

6.10.1.1 Antes de ingressar no recinto da cabine, o eleitor deve apresentar à Mesa Eleitoral documento original com fotografia (Carteira de Identidade - RG, Carteira de Identidade Profissional ou de Classe, Carteira de Trabalho ou Carteira Nacional de Habilitação – CNH) e Título de Eleitor;

6.10.1.2 Na ausência do Título de Eleitor será aceito o comprovante original da votação da última eleição municipal (outubro/2016) ou da justificativa de ausência da referida eleição;

6.10.1.3 Os mesários registrarão na folha de controle de votação, o nome do eleitor, o número do documento com fotografia, o número do Título de Eleitor e a Zona Eleitoral;

6.10.1.4 Após o registro, o eleitor assinará a folha de controle de votação conferindo seus dados;

6.10.1.5 A Mesa Eleitoral entregará ao eleitor a Cédula Oficial devidamente rubricada pelo Presidente ou Secretário, na sua ausência;

6.10.1.6 Se o Presidente da Mesa Eleitoral, ou o Secretário em sua ausência, ao rubricar a Cédula Oficial verificar qualquer vício, rasura ou danificação na mesma a inutilizará na presença de todos e registrará em ata tal ocorrência.

6.10.1.7 O eleitor escolherá um candidato de sua preferência, assinalando em espaço próprio da cédula, de modo a expressar sua vontade;

6.10.1.8 Ao sair da cabine, o eleitor depositará na urna a Cédula Eleitoral, devidamente dobrada, na presença dos componentes da Mesa.

6.10.1.9 Se o eleitor, ao receber a cédula ou, ao recolher-se à cabine de votação, por imprudência, imprevidência ou desconhecimento danificar, “errar” o voto ou de qualquer forma rasurar a Cédula Oficial **NÃO** poderá pedir outra ao Presidente da Mesa. **DEVENDO DEPOSITAR SEU VOTO NA URNA**, ainda que este seja computado como inválido.

## **6.11 DO ENCERRAMENTO**

6.11.1 O Presidente da Mesa Eleitoral, verificando chegar a hora do encerramento da votação e existindo eleitores, distribuirá senha para votação dos presentes no recinto.

6.11.2 Encerrada a votação será elaborada a Ata pelo Secretário sendo a mesma assinada pelos demais membros da Mesa e pelos fiscais presentes.

6.11.3 O encerramento da votação implica na lacração da urna eleitoral pelo Presidente da Mesa, assinado por todos os componentes da Mesa e pelos fiscais presentes ao ato.

## **6.12 DA APURAÇÃO**

6.12.1 A apuração dos votos deverá ser centralizada em um único local, previamente divulgado pela Comissão Especial Eleitoral.

6.12.2 Os membros da Mesa Apuradora serão os mesmos da Mesa Eleitoral.

6.12.3 O Presidente da Comissão Especial Eleitoral determinará a abertura da apuração.

6.12.4 O Presidente da Mesa Apuradora verificará a inviolabilidade de sua urna e após, determinará a sua abertura, contará as cédulas, verificando se as mesmas coincidem com o número de votantes.

6.12.5 Na fase de apuração da urna eleitoral será permitido ingresso ao recinto apenas dos candidatos, os membros da Comissão Especial Eleitoral, equipe de apoio que a Comissão Especial Eleitoral previamente determinar o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) e representante do Ministério Público.

6.12.6 Não coincidindo o número de cédulas com o número de votantes, em uma determinada urna, será assegurada a recontagem dos votos, devendo ser registrada em ata as alterações.

6.12.7 Resolvidas as questões pela Mesa Apuradora, passar-se-á à apuração dos votos.

6.12.8 As cédulas, na medida em que forem sendo abertas, serão examinadas e lidas em voz alta por um dos componentes da Mesa.

6.12.9 As dúvidas relativas às cédulas somente poderão ser contestadas pelos fiscais natos.

6.12.10 Os votos serão computados como válidos brancos ou nulos.

6.12.10.1 Considerar-se-á voto válido aquele que estiver assinalado pelo eleitor em espaço próprio da cédula, de modo a expressar sua vontade;

6.12.10.2 Será considerado voto em branco aquele que não contiver manifestação do eleitor;

6.12.10.3 Serão nulas as cédulas que:

6.12.10.3.1 não corresponderem ao modelo oficial;

6.12.10.3.2 não estiverem devidamente rubricadas pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), Presidente da Mesa Eleitoral ou Secretário na sua ausência e Mesário;

6.12.10.3.3 contiverem expressões, frases ou sinais estranhos ao Processo Eleitoral ou não estiverem na forma que estabelece o § 1º deste artigo, e

6.12.11 Somente aos Membros das Mesas de Apuração será permitido o manuseio dos votos.

6.12.12 Terminada a apuração, o Secretário da Mesa lavrará a Ata dos Trabalhos, dela fazendo constar, além de outros dados que se tornarem necessários, o seguinte:

6.12.12.1 Indicação do dia, horário e local de abertura e de encerramento dos trabalhos de apuração;

6.12.12.2 nomes dos componentes da Mesa Apuradora e suas funções e nomes dos fiscais natos presentes no ato;

6.12.12.3 número de assinaturas constantes das folhas de votação e o número de votos encontrados na urna,



6.12.12.4 número de votos computados a cada candidato.

6.12.13 Encerrados os trabalhos de apuração dos votos e lavrada a respectiva Ata, caberá ao Presidente da Mesa de Apuração dos votos transmitir os resultados, por escrito, à Comissão Especial Eleitoral.

6.12.14 Encerrado o trabalho de todas as Mesas de Apuração, o Presidente da Comissão Especial Eleitoral pronunciará o resultado da apuração, declarará o encerramento dos trabalhos e providenciará a imediata lavratura da respectiva ata de encerramento que será assinada por ele, demais membros da Comissão, candidatos presentes, que assim desejarem Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) e representante do Ministério Público.

### **6.13 DAS IMPUGNAÇÕES**

6.13.1 Além da impugnação de candidatura, prevista neste Edital, qualquer cidadão morador do município, no gozo de seus direitos políticos, poderá apresentar impugnação quanto ao processo de apuração e do resultado da eleição suplementar do Conselho Tutelar.

6.13.2 A impugnação será formulada a partir de representação ou denúncia, devidamente fundamentada, sob pena de indeferimento sumário e deverá ser apresentada por escrito à Comissão Especial Eleitoral, sendo vedado o anonimato (art. 5º, inciso IV da Constituição Federal), no prazo estabelecido no calendário eleitoral.

6.13.3 A Comissão Especial Eleitoral autuará o processo de impugnação por ordem numérica de entrada, e após a apreciação da representação ou denúncia, instruirá o processo com todos os documentos relacionados ao caso.

6.13.4 Após instruir o processo de impugnação, a Comissão Especial Eleitoral consultará a ata da respectiva Mesa Eleitoral.

6.13.5 Se os fatos apresentados forem estranhos à Comissão Especial Eleitoral, determinar-se-á, conforme o caso, diligências necessárias à elucidação dos fatos, garantindo-se o direito ao contraditório e a ampla defesa.

6.13.6 As oitivas das partes e testemunhas serão tomadas em audiência designada pela Comissão Especial Eleitoral, lavrando-se os termos de depoimentos e os trabalhos realizados no dia, em ata própria, que será assinada por todos os presentes.

6.13.7 A audiência será dirigida pelo Presidente da Comissão Especial Eleitoral.

6.13.8 Após o cumprimento do estabelecido neste Edital, a Comissão Especial Eleitoral elaborará um relatório dos fatos e da instrução, manifestando-se, ao final, através de parecer, sobre a procedência ou improcedência da representação ou denúncia que será encaminhado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA).

6.13.9 Proferida a deliberação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), a Comissão Especial Eleitoral dará ciência às partes recorrentes, por escrito, mediante ofício.

#### **6.14 DAS NULIDADES**

6.14.1 Será considerada nula a urna da Mesa Eleitoral quando for apurado vício previsto neste Edital que comprometa sua legitimidade.

6.14.2 Não poderá a nulidade ser invocada por quem lhe deu causa.

#### **6.15 DA HOMOLOGAÇÃO**

6.15.1 Concluído os trabalhos da Comissão Especial Eleitoral lavrar-se-á a Ata respectiva que será encaminhada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), com o resultado final do Pleito.

6.3.2.1 Havendo empate na votação, será considerado como critério de desempate primeiramente o candidato com mais idade e se persistir o empate será considerado o candidato que comprovar maior experiência, em trabalhos com crianças através de documentos com firma reconhecida.

6.15.2 Com o resultado final do Pleito o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) providenciará a classificação dos candidatos, homologando a eleição, através de edital, cuja publicação se dará em jornal de circulação do Município.

6.15.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro (a) e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

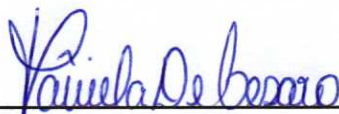
6.15.4 Estende-se o impedimento do Conselheiro na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público em exercício na Comarca (art. 140, ECA).

#### **7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

7.1 O descumprimento dos dispositivos legais previstos neste edital implicará na exclusão do candidato ao Pleito.

7.2 Os casos omissos neste Edital serão dirimidos pela Comissão Especial Eleitoral e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA).

Coxilha/RS, 11 de maio de 2018.



**TÂNIELA DE CESARO**

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos  
da Criança e do Adolescente - COMDICA

**ANEXO I**

**FICHA DE INSCRIÇÃO PARA CANDIDATURA A CONSELHEIRO TUTELAR**

INSCRIÇÃO Nº	
<b>DADOS PESSOAIS</b>	
<b>NOME</b>	<b>SEXO: F ( ) M ( )</b>
<b>RG:</b>	<b>ÓRGÃO EXPEDIDOR:</b>
<b>CPF:</b>	<b>DATA DE NASCIMENTO:</b>
<b>FILIAÇÃO</b>	
<b>NOME DO PAI:</b>	
<b>NOME DA MÃE:</b>	
<b>ESTADO CIVIL:</b>	<b>PROFISSÃO:</b>
<b>ENDEREÇO RESIDENCIAL</b>	
<b>RUA/AV.:</b>	<b>Nº</b>
<b>COMPLEMENTO:</b>	<b>BAIRRO:</b>
<b>MUNICÍPIO:</b>	<b>ESTADO:</b>
<b>CEP:</b>	<b>TELEFONE:</b>
<b>LOCAL DE TRABALHO:</b>	
<b>ENDEREÇO:</b>	
<b>POSSUI FILHOS: SIM ( ) NÃO ( )</b>	<b>QUANTIDADE?</b>
<b>GRAU DE INSTRUÇÃO:</b>	
<b>POSSUI DEFICIÊNCIA: SIM ( ) NÃO ( )</b>	<b>QUAL?</b>

Eu, \_\_\_\_\_ acima qualificado solicito a minha Inscrição para participar do processo eletivo para membro do Conselho Tutelar do Município de Juazeiro do Norte/CE e Declaro ainda para efeitos legais ter ciência da Lei Municipal mencionada no respectivo edital, tendo juntado a minha inscrição os documentos necessários.

**Assinatura do Candidato**

**Assinatura do Responsável**

**PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO A ELEIÇÃO CONSELHO TUTELAR INSCRIÇÃO**

.....

<b>INSCRIÇÃO Nº</b>	
<b>NOME:</b>	
<b>DATA DA INSCRIÇÃO:</b>	<b>RG:</b>

**Assinatura do Responsável**

**ANEXO II**  
**CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES DO PROCESSO DE ESCOLHA DO**  
**CONSELHO TUTELAR**

DATA	PROCEDIMENTO
14/12/2017	Reunião do CMDCA para Aprovação da Resolução, Aprovação do Edital para o Processo de Escolha Suplementar dos Conselheiros Tutelares e composição da Comissão Especial Eleitoral
13/04/2018	Envio do Edital para análise do Ministério Público
14/05/2018	Publicação do Edital 01/2018 do Processo de Escolha Conselheiros Tutelares no site do Município de Coxilha
14/05/2018 a 24/05/2018	Período de inscrição
28/05/2018	Publicação dos candidatos inscritos
28/05/2018 a 29/05/2018	Período de solicitação de impugnação das candidaturas à Comissão especial Eleitoral.
30/05/2018	Notificação dos candidatos impugnados e prazo para recurso de defesa.
01/06/2018 a 04/06/2018	Encaminhamento da defesa do pré-candidato impugnado, ao CMDCA
05/06/2018 a 08/06/2018	Análise pelo CMDCA do recurso apresentado pelo candidato impugnado, bem como encaminhamento para o Ministério Público para avaliação favorável ou contrária do recurso apresentado.
11/06/2018	Publicação dos candidatos aptos a participar do curso de capacitação.
16 de junho/2018	Curso de capacitação.
18/06/2018	Pedido de ratificação ou desistência das candidaturas
19/06/2018	Publicação do Edital pelo Prefeito, com deferimento das candidaturas
20/06/2018 até as 23h59min do dia 14/07/2018	Período de campanha dos candidatos.
15/07/2018	Dia da eleição
15/07/2018	Apuração dos votos após encerrado o processo de eleição
15/07/2018	Publicação oficial dos eleitos
julho/2018	Curso de capacitação para os eleitos e suplentes
17/07/2018	Início do mandato dos eleitos



**TÂNIELA DE CESARO**

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos  
da Criança e do Adolescente – COMDICA

## ANEXO III

### DECLARAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE

Eu, \_\_\_\_\_, já qualificada na ficha de inscrição do processo de escolha do Conselho Tutelar de Coxilha - RS, **DECLARO** que, nos termos da Lei Municipal nº 1.757/2017, terei dedicação exclusiva no exercício da função de conselheiro tutelar e não exerço qualquer outra atividade pública;

Estou ciente da minha responsabilidade pela informação acima prestada e das consequências civil e penal dela decorrentes.

Coxilha - RS, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

---

Assinatura

## ANEXO IV

### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, já qualificada na ficha de inscrição do processo de escolha do Conselho Tutelar de Coxilha - RS, **DECLARO** que, nos termos da Lei Municipal nº 1.757/2017, não sou agente político e nem membro de executiva partidária;

Estou ciente da minha responsabilidade pela informação acima prestada e das consequências civil e penal dela decorrentes.

Coxilha - RS, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

---

Assinatura

## DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE MORAL

Eu, \_\_\_\_\_, Portador do CPF nº. \_\_\_\_\_ e Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_, na condição de autoridade (civil, militar, eclesiástica) \_\_\_\_\_, uma vez que sou \_\_\_\_\_, (tipo de autoridade) DECLARO sob as penas da Lei e sob a fé de meu grau que conheço \_\_\_\_\_, candidato à função de conselheiro tutelar do Município de Coxilha há \_\_\_\_\_ anos, podendo atestar que se trata de pessoa idônea moralmente, desconhecendo fatos ou situações que possam desabonar a sua conduta.

Estou ciente da minha responsabilidade pela informação acima p restada e das consequências civil e penal dela decorrentes.

Coxilha - RS, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura